

UNIJUÍ – UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO
RIO GRANDE DO SUL
DHE – DEPARTAMENTO DE HUMANIDADES E EDUCAÇÃO

ROSEMERI MARIA MULLER

O IMPACTO DA APOSENTADORIA NA VIDA DO SUJEITO

SANTA ROSA, RS
DEZEMBRO DE 2016

ROSEMERI MARIA MULLER

O IMPACTO DA APOSENTADORIA NA VIDA DO SUJEITO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Psicologia do Departamento de Humanidades e Educação da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUÍ como requisito parcial para obtenção de título de Bacharel em Psicologia.

Orientador (a): Prof. Dra. Lala Catarina Lenzi Nodari

Santa Rosa

2016

Dedico este trabalho primeiramente a minha família, principalmente aos meus amados filhos, por acreditarem na importância do conhecimento e me apoiarem nesta trajetória.

Dedico também aos meus pais e irmãos, por compreenderem minhas dificuldades e ausências. E aos amigos, pelo apoio e carinho.

“Aos 15 anos, eu me aplicava ao estudo da sabedoria; aos 30, consolidei-o; aos 40, não tinha mais dúvidas; aos 60, não havia mais nada no mundo que me pudesse chocar; aos 70, podia seguir os desejos do meu coração sem transgredir a lei moral.”

Confúcio

RESUMO

O processo de envelhecimento é inerente a todos os seres vivos. No presente trabalho buscou-se abordar o mesmo, especificamente no ser humano, bem como algumas das questões com as quais este irá se deparar com a chegada da velhice. O tema central é a questão da aposentadoria e o impacto que a mesma poderá causar no sujeito. Porém, até o mesmo chegar a este momento, faz-se necessária uma compreensão das extensas transformações pelas quais este irá passar, tanto na ordem biológica, quanto psicológica e social. O aspecto biológico de envelhecimento pressupõe um enfraquecimento do corpo; o social, a necessidade de uma readaptação dos papéis antes desempenhados, e, o psicológico, uma compreensão e elaboração das transformações ocorridas. A aposentadoria, no entanto, poderá representar um momento de descanso, lazer e novos projetos, ou, por outro lado, se não houver ocorrido uma preparação prévia para a mesma, poderá influenciar negativamente na vida do sujeito, diminuindo sua qualidade de vida.

Palavras-chave: Envelhecimento; aposentadoria; qualidade de vida.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	06
1. IMPACTO DA APOSENTADORIA NA VIDA DO SUJEITO.....	09
1.1. O que é envelhecimento?.....	09
1.1.1. Aspecto biológico do envelhecimento.....	09
1.1.2. Aspecto social do envelhecimento.....	15
1.1.3. Aspecto psicológico do envelhecimento.....	19
2. APOSENTADORIA.....	23
2.1. Condições de aposentadoria no Brasil: leis pregressas e vigentes	27
2.2. Aposentadoria e qualidade de vida.....	31
2.3. Trabalho pós-aposentadoria.....	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	38
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	40

INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional é um fato já percebido há algumas décadas. Dados estatísticos comprovam essa afirmativa. A partir disso surge a exigência de buscar novas formas de suprir necessidades decorrentes dessa realidade, entre elas, a de o sujeito se preparar para essa etapa de sua vida. Essa preparação equivale, entre outras questões, a uma aceitação por parte deste da realidade inerente a todo o sujeito, ou seja de que, se viver muitos anos, inevitavelmente ficará velho.

De acordo com Beauvoir (1990, p. 12), nesse contexto, temos que “o sentido de nossa vida está em questão no futuro que nos espera. Não sabemos quem somos, se ignorarmos quem seremos”. A autora enfatiza ainda, que precisamos nos reconhecer nos velhos, sendo isso uma condição necessária para podermos assumir em sua totalidade nossa condição humana. Por outro lado, deveríamos aceitar com felicidade a idade avançada, pois é algo que nos diz respeito. E mais:

O momento mais feliz da vida são os anos que precedem a decrepitude, se, pelo menos, gozamos de boa saúde e se temos dinheiro suficiente para suprir as forças que nos faltam: a pobreza na velhice é um grande infortúnio. Preenchidas essas duas condições, a velhice pode ser uma parte muito suportável da vida. O tempo começa a passar muito rápido, a tal ponto que não se sente mais o enfado. As paixões se calam, o sangue esfria; libertado do instinto sexual, o indivíduo reencontra a razão. Então: nós adquirimos mais ou menos a convicção do nada de tudo na terra. A descoberta dessa verdade nos dá uma calma intelectual que é a condição e a essência da felicidade. (BEAUVOIR, 1990, p. 247)

Neste sentido, ao chegar à uma idade avançada, o sujeito desejará condições que possam tornar seus dias agradáveis. No entanto, para que isso ocorra é necessária uma qualidade de vida razoável, em que o idoso tenha acesso à saúde, ao trabalho, se assim o desejar e as diversas formas de convívio social, o que nem sempre condiz com a realidade da nossa sociedade.

Costa (2010, s.p.) aponta que “as mudanças demográficas numa população acarretam modificações em diversos âmbitos da sociedade”. A partir disso, percebe-se que a população predominantemente idosa tem necessidades sociais, econômicas, políticas e institucionais diversas das outras categorias, ou seja, como

muitos jovens e/ou crianças. Com base em conceitos da ONU, a velhice chega aos 60 anos e a aposentadoria torna o ser 'velho' e o trabalho na velhice é cheio de estereótipos.

Mesmo que haja ainda condições físicas e psicológicas para trabalhar, muitas vezes o sujeito é obrigado a se afastar do trabalho por diversos motivos, e isso poderá acarretar consequências danosas ao mesmo se o trabalho lhe era agradável. Por outro lado, se o mesmo lhe era penoso, a aposentadoria poderá ser vista como um tempo de realização de projetos adiados.

Bruns e Abreu (1997, p.8) apontam a importância de projetos de futuro no ser humano, ou seja: "o homem, ao longo de sua vida, não é apenas o que é, mas o que deseja ser, e é, em particular o trabalho, que lhe permite expressar-se e identificar-se em relação a esses horizontes". É, no entanto, pela atividade profissional que o ser humano poderá concretizar projetos e sonhos, ou seja, é pelo trabalho que o homem se organiza perante a sociedade, e, poderá modificar a si próprio, bem como meio em que vive.

Neste sentido, a realização pessoal caracteriza-se sempre como um projeto para ser executado após a aposentadoria, e, quando essa chega, os idosos, em sua maioria se sentem tomados pela surpresa, ou pelo desencanto, por não saberem administrar a existência sem uma ocupação profissional. A ausência de projetos para serem realizados após a aposentadoria poderá, no entanto, provocar angústia e solidão.

Para desenvolver o trabalho proposto, portanto, o mesmo será escrito em dois capítulos. No primeiro, serão desenvolvidas as questões do envelhecimento do sujeito em seus diversos aspectos: biológico, psicológico e social. Posteriormente, no segundo capítulo, a aposentadoria, bem como as condições que levam o sujeito a se aposentar; a qualidade de vida na pós-aposentadoria, e, finalizando, serão abordados alguns dos possíveis motivos que levam o indivíduo a continuar inserido no mercado de trabalho, mesmo estando aposentado. O método utilizado para trabalhar essas questões será de pesquisa bibliográfica.

A principal autora, que trata do tema envelhecimento é Simone de Beauvoir, com a obra "A Velhice" de 1990, na qual a mesma aborda o conceito em suas

diversas faces, e traz, da mesma forma, contribuições valiosas de filósofos e diversos autores sobre o assunto. Nesse sentido, será possível perceber que a obra citada se tornará um referencial significativo no que tange ao tema do presente trabalho de conclusão de curso. Além desta autora, serão utilizados outros referentes que virão permitir a construção do que se propõe.

1. O IMPACTO DA APOSENTADORIA NA VIDA DO SUJEITO

1.1. O Que é Envelhecimento?

Abordar o tema aposentadoria requer um estudo para além do contexto em si. Faz-se necessário, portanto, compreender o percurso do sujeito até chegar a este momento: descansar das tarefas cotidianas rotineiras, ou seja, se aposentar.

A trajetória do sujeito que remete a este momento supõe que o mesmo está em processo de envelhecimento, e, para isso, é preciso uma compreensão ampla do que representa essa nova fase para o mesmo, bem como, o que é envelhecer no contexto biológico, psicológico e social.

A velhice biológica é mais fácil de se identificar uma vez que é vista como um conjunto de sintomas e sinais decorrentes do processo de envelhecimento, como a degeneração celular; por outro lado, nos planos psicológico e social as dificuldades se acentuam pois os parâmetros são muito imprecisos e variáveis e mais que qualquer análise científica, parecem predominar as pré-noções, as ideologias e os fatores econômicos historicamente determinados. (AMANCIO, 1975, apud SOUZA, 2007, p.05-06).

Neste sentido faz-se necessário responder à questão primeira do estudo, sob o olhar de diversos autores, e sob diferentes aspectos, ou seja, aspecto biológico, social e psicológico.

1.1.1 Aspecto Biológico do envelhecimento

Segundo Woltereck (1959, apud SOUZA, p. 05), podemos tomar o envelhecimento como:

[...] todas as transformações que ocorrem em todos os organismos no curso do seu desenvolvimento normal e nas diferentes formas de atividades que o acompanham. Neste sentido, o termo “envelhecimento” abrange toda a vida, desde o nascimento até a morte, e é usado para descrever uma sequência cronológica ou um período definido de tempo.

O conceito de velhice, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), abordado por Rosa e Vasconsellos (1996, p. 757) “classifica como idoso quem já

passou dos 60 anos em países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil. Em países desenvolvidos, a OMS considera idoso o indivíduo a partir dos 65 anos,” e complementa afirmando que:

Essa dupla conceituação se reveste de maior incerteza no caso do Brasil, país com realidades socioeconômicas tão heterogêneas que permite a utilização de ambos os critérios, dependendo da população contemplada. Torna-se necessário, portanto, um olhar mais atento sobre o conceito de velhice, concebendo-a não como uma categoria uniforme, definida em termos etários, mas buscando uma apreensão que inclua suas várias dimensões. (ROSA; VASCONSELLOS, 1996, p. 757)

É comum o comentário de idosos saudáveis com relação à velhice, como algo distante ou inerente ao outro, que, por vezes, mesmo mais jovem que este, por estar acometido de alguma enfermidade representa ser mais idoso ou incapacitado.

Persiste ainda a concepção culturalmente estabelecida de que aqueles indivíduos que conseguem preservar suas capacidades não são velhos, mas recebem denominações como idosos, juventude tardia ou terceira idade; reserva-se o termo “velho” para o indivíduo à margem da sociedade, que necessita de cuidados, o que constitui ameaça para quem envelhece, visto que há um valor negativo associado. (ROSA; VASCONSELLOS, 1996, p. 758)

Segundo Beauvoir (1990, p. 10-11) temos a tendência de recusar a nos reconhecer no velho que seremos. Esta toma as palavras de Proust, que afirma que, “de todas as realidades, (a velhice) é, talvez, aquela de que conservamos por mais tempo, ao longo da vida, uma noção puramente abstrata”. Desta forma,

[...] é possível compreender que todos os homens são mortais: eles pensam nisso. Um grande número deles fica velho: quase nenhum encara com antecedência este *avatar*. Nada deveria ser mais esperado e, no entanto, nada é mais imprevisto que a velhice. (BEAUVOIR, 1990, p. 10-11, grifo do autor)

A autora reforça ainda a ideia de que a espécie humana é aquela em que as mudanças causadas pelos anos são as mais visíveis. Já nos animais essas transformações são mais discretas, pois “eles descansam, enfraquecem-se, não se metamorfoseiam. Nós sim. Nosso coração se aperta quando, ao lado de uma bela jovem, percebemos seu reflexo no espelho dos anos futuros”.(BEAUVOIR, 1990, p.12).

De outro modo:

Diante da imagem que os velhos nos propõem de nosso futuro, permanecemos incrédulos; uma voz dentro de nós murmura absurdamente que aquilo não vai acontecer conosco; não será mais a nossa pessoa quando aquilo acontecer. Antes que se abra sobre nós, a velhice é uma coisa que só concerne aos outros. Assim, pode-se compreender que a sociedade consiga impedir-nos de ver nos velhos nossos semelhantes. (BEAUVOIR, 1990, p.12)

A velhice, compreendida como de ordem biológica remete à degeneração celular, e, portanto, ao enfraquecimento do corpo e as consequências diretas desse evento, e “a relação com o tempo é vivida diferencialmente, segundo um maior ou menor grau de deterioração do corpo” (BEAUVOIR, 1990, p. 15), como efeito genético ou características referentes a cuidados alimentares, tratamentos medicamentosos ou estéticos.

Neste sentido, Beauvoir (1990, p. 17) se refere à velhice argumentando que:

Não é, no entanto, um fato estático; é o resultado e o prolongamento de um processo. É, portanto, um sistema instável no qual, a cada instante, o equilíbrio se perde e se reconquista. Portanto, mudar é a lei da vida. É um certo tipo de mudança que caracteriza o envelhecimento: irreversível e desfavorável – um declínio.

Em relação ao declínio, sugerido pela autora, referente ao plano biológico de envelhecimento, a mesma afirma que há um declínio no organismo quando suas chances de substituir diminuem. Seguindo com esta reflexão, Simone de Beauvoir busca a contribuição de Lansing, quando ele afirma que o envelhecimento é “um processo progressivo de mudança desfavorável, geralmente ligado à passagem do tempo, tornando-se aparente depois da maturidade e desembocando invariavelmente na morte” (BEAUVOIR, 1990, p. 17)

Buscando os conceitos primordiais sobre a velhice, Beauvoir (1990) cita Hipócrates, que, a partir de seus estudos ajuda a medicina a tornar-se uma ciência e uma arte, e edifica-se pela experiência e o raciocínio. Este é o primeiro a comparar as etapas da vida humana às quatro estações da natureza, e a velhice ao inverno. Ainda aconselha que os velhos usem de moderação, porém não interrompam suas atividades.

Já Aristóteles, segundo a mesma autora, impôs seus pontos de vista fundados em especulação e não em experiência; a condição da vida era, segundo ele, o calor interior, e associava a senescência a um resfriamento. Galeno, no século II, no entanto, considera a velhice como intermediária entre a doença e a saúde. “Ela não é exatamente um estado patológico: entretanto, todas as funções fisiológicas do velho ficam reduzidas ou enfraquecidas”. (BEAUVOIR 1990, p. 24). A autora traz ainda a contribuição de Agrippa d’Aubigné, o qual “gaba as doçuras da velhice; também ele a compara ao inverno; mas faz deste a estação do lazer sereno, e não da frieza estéril”. (BEAUVOIR, 1990, p. 194)

Segundo a autora, d’Aubigné tivera uma existência agitada e aventureira, o que o fez viver, no inverno de sua vida, um porto de paz, e, o mesmo retrata isso em um de seus poemas:

Eis aí menos prazeres, mas também menos penas. O rouxinol se cala, calam-se as sereias. Não vemos colher nem os frutos, nem as flores. Não há mais esperança, tantas vezes enganadora. O inverno de tudo frui; bem-aventurada velhice. A estação do desfrute e não mais dos labores. (BEAUVOIR, 1990, p. 194)

Referindo-se à Montaigne, que, a partir de sua própria experiência questionou-se sobre a velhice, Beauvoir (1990, p. 195) nos traz que o mesmo “recusa-se tanto a zombar da velhice, quanto a exaltá-la. Quer extrair dela a verdade. Pessoalmente, não crê que esta o tenha enriquecido”. Acrescenta dizendo que:

É possível que, para aqueles que empregam bem o tempo, a experiência e a ciência cresçam com a vida; mas a vivacidade, a prontidão, a firmeza e outras particularidades muito mais nossas, mais importantes e essenciais, se fanam e se enfraquecem. (BEAUVOIR, 1990, p. 195)

No entanto, segundo Beauvoir em “A Velhice” de 1990, falando de uma das obras de Montaigne, “Os Essais”, afirma que este não teria sido capaz de escrever aos 30 anos essas belas páginas ‘ásperas e desabusadas’ sobre a velhice. Afirma, da mesma forma que, é no momento que ele se sente enfraquecido, que cresce mais, mas provavelmente não teria atingido essa grandeza, sem a severidade que se impõe a si mesmo. E completa dizendo que, “sua atitude com relação ao mundo

e a si próprio tornou-se cada vez mais crítica, o que o faz avançar e progredir em sabedoria” (BEAUVOIR, 1990, p. 196-97).

Na contemporaneidade percebe-se que a medicina não atribui mais uma causa ao envelhecimento biológico: “ela o considera inerente ao processo da vida, do mesmo modo que o nascimento, o crescimento, a reprodução, a morte, e este é um processo comum a todos os seres vivos”. (BEAUVOIR, 1990, p. 32-33). No entanto,

Há uma relação de reciprocidade entre velhice e doença; esta última acelera a senilidade e a idade avançada predispõe a perturbações patológicas, particularmente aos processos degenerativos que a caracterizam. É muito raro encontrar o que poderíamos chamar de ‘velhice no estado puro’. As pessoas idosas são acometidas de uma polipatologia crônica. (BEAUVOIR, 1990, p. 37)

Segundo dados trazidos a partir de estatísticas Beauvoir (1990, p. 38) cita os principais distúrbios de que sofrem as pessoas idosas, ou seja, “indisposições mal definidas, reumatismos, artrite, doenças do coração, nefrite, hipertensão, arteriosclerose, distúrbios da coordenação, doenças respiratórias, digestivas e nervosas”.

Levando-se em consideração que o “declínio é acelerado ou retardado por inúmeros fatores, que podem ser: a saúde, a hereditariedade, o meio em que vive, as emoções, os hábitos, o nível de vida do sujeito, a idade cronológica se mostrará, no entanto, sob diferentes faces”, como afirma Beauvoir (1990, p. 38) e a mesma complementa:

O que todas as observações evidenciam são importantes diferenças entre os sujeitos de uma mesma idade. A idade cronológica e a idade biológica estão longe de coincidir sempre: a aparência física informa mais que os exames fisiológicos sobre nossa idade. Esta não pesa da mesma maneira sobre todos os ombros. A senescência, diz o gerontologista americano Howell, “não é uma ladeira que todos descem com a mesma velocidade. É uma sucessão de degraus irregulares onde alguns despencam mais depressa que outros. (BEAUVOIR, 1990, P. 40)

De acordo com Beauvoir (1990, p. 46) no entanto, “nenhum homem que vive muito tempo escapa à velhice; é um fenômeno inelutável e irreversível”, porém, na

modernidade, usam-se frequentemente termos que tentam abrandar essa realidade. A autora entende que, quando se fala de “bela velhice” ou de “velhice vigorosa” significa que o homem idoso encontrou seu equilíbrio moral e físico, e não que seu organismo, sua memória, suas capacidades de adaptação psicomotora sejam os de um homem jovem. Por outro lado afirma que:

A velhice desemboca sempre na morte. Mas raramente ela acarreta a morte sem que intervenha um elemento patológico, e, as mortes ditas naturais, em oposição às mortes por acidente, são, de fato, provocadas por deterioração orgânica. (BEAUVOIR, 1990, p. 46)

Para Menandro (apud BEAUVOIR, 1990, p.133-134),

A velhice aparece como uma força maléfica que investe contra os indivíduos a partir do exterior [...] é inimiga do gênero humano e devasta toda a beleza das formas, e transforma o esplendor dos membros em peso, e a rapidez em lentidão.[...] Uma vida longa é penosa. E, no entanto, todos nós almejamos alcançá-la.

Apesar de conceitos negativos sobre a velhice, este pensava que a idade avançada também podia ser acompanhada de sabedoria e de bondade.

Beauvoir (1990, p. 135) cita Platão, que na obra ‘A República’ faz um elogio à velhice dizendo que: “quanto mais se enfraquecem os outros prazeres – os da vida corporal – tanto mais crescem, em relação às coisas do espírito, as necessidades e alegrias”. Menciona, da mesma forma Sócrates, que afirma que “somos instruídos no contato com os velhos”, bem como Céfalos, que diz que “A velhice faz nascer em nós um imenso sentimento de paz e de libertação”.

Já na Idade Média,

Dante, no “Festim”, encara a linha da vida humana a um arco que sobe da terra ao céu, até um ponto culminante, de onde principia a descida. O zênite situa-se nos 35 anos. Depois o homem declina lentamente. Dos 45 aos 50 anos, é o tempo da velhice. Se esta souber ser sábia, esse fim será pacífico. Dante compara o grande velho a um navegador que baixa docemente sua vela quando enxerga a terra, e que alcança lentamente o porto. (BEAUVOIR, 1990, p. 175)

Para a sociedade em que a economia é baseada no lucro, o ser humano só é conveniente enquanto produz, depois é descartado. Num mundo em transformação,

em que as máquinas substituem em grande parte o trabalho humano, não é necessário que os homens produzam durante muito tempo. “Tudo que ultrapassa 55 anos deve ser descartado como refugo – disse, recentemente, durante um congresso, o doutor Leach, antropólogo de Cambridge.” (BEAUVOIR, 1990, p. 13)

Partindo desse enunciado, será abordado a seguir, o conceito de velhice a partir de questões sociais pertinentes à vida do sujeito idoso, ou seja, qual é o lugar que ainda lhe cabe, ou que a sociedade lhe permite usufruir.

1.1.2. Aspecto Social do Envelhecimento

A velhice do ponto de vista social, tem história recente no Brasil. Os significados atribuídos à velhice baseiam-se em investigações antropológicas, podendo estas contribuir para uma melhor compreensão desse processo e das mudanças que ocorrem nas relações do sujeito com o meio em que vive.

Segundo Heck e Langdon (2002, apud PEREIRA 2006, p. 25):

Poucas pesquisas abordam o processo de envelhecimento como um processo socialmente constituído de acordo com as relações de poder, com as expectativas dos papéis sociais, com as relações de gênero e os conflitos, e ainda que, pode se readaptar e criar novos sistemas de valores e de exclusão.

Neste sentido, do ponto de vista do mundo capitalista, o ser humano, à medida que envelhece, torna-se improdutivo, representando uma carga para a sociedade, a menos que continue participando ativamente desta. Desta forma,

Ao decidir sobre seu destino, o adulto, em certas sociedades, escolhe seu próprio destino; leva em consideração seu interesse a longo prazo. É possível também que ligações afetivas muito fortes o prendam a seus velhos parentes. Por outro lado, o homem idoso adquiriu com os anos qualificações que podem torná-lo muito útil. Mais complicadas que as sociedades animais, a comunidade humana primitiva tem ainda mais necessidade de um saber que só a tradição oral pode transmitir. Se, graças à sua memória, o idoso é depositário da ciência, se conserva a lembrança do passado, ele suscita o respeito. Enfim, já tem um pé no mundo dos mortos: isso lhe destina o papel de intercessor entre a terra e o além; confere-lhe, também, poderes temíveis. [...] E, muitas vezes é graças à sua memória que os idosos têm acesso a uma condição privilegiada. (BEAUVOIR, 1990, p. 56; 89)

Portanto, a partir da Lei 8.842/94 em seu Art. 1º que trata da Política Nacional do Idoso (PNI) temos que “A PNI tem por objetivo assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade” (PERES, 2007, p.147). Contudo,

[...] um fato em particular é bastante curioso nesse processo: a ausência quase completa dos próprios idosos em meio às ações que visam promover a sua cidadania. São as organizações representativas da velhice, e não os idosos, que tem se mobilizado no sentido de solicitar ações do Estado”. (PERES, 2007,p.152).

No entanto, como forma de amparar os idosos em suas necessidades, foram, aos poucos, sendo implementados tanto pelo Estado brasileiro, quanto pela sociedade, as políticas sociais, tais como: a lei Orgânica de Assistência Social, em 1993, a Política Nacional do Idoso, em 1994, a Política Nacional de Saúde do Idoso em 1999 e o Estatuto do idoso no ano de 2003.

Peres (2007, p. 152) destaca parte de uma entrevista realizada com membros do Conselho Estadual do Idoso do Estado de São Paulo, em que um dos quais afirma que,

[...] a população idosa acostumou-se a esperar que medidas venham de cima para baixo e que não tiveram a oportunidade de exercitar a capacidade de organização e reivindicação necessária. [...] Os idosos ainda não sabem que são parte viva da sociedade, eles mesmos se excluem.

Tendo-se em vista que o problema social do envelhecimento e a preocupação com a pessoa idosa suscitou interesse de pesquisadores e autoridades apenas nas últimas décadas, pode-se compreender as afirmações anteriores, pois, os idosos, anteriormente eram a força produtiva, e, no entanto, seu foco era o trabalho, e não a velhice e suas consequências.

A partir dos depoimentos de membros do Conselho Estadual do Idoso do Estado de São Paulo, percebe-se que a exclusão do idoso do processo de reivindicação por políticas públicas é clara. Barros (2007, apud PERES, p. 153) salienta que: “os idosos também são responsáveis pelo direcionamento da ação do

governo: na medida em que mais se organizarem, suas vitórias serão maiores; suas carências serão supridas e seus direitos serão respeitados”.

No entanto, segundo Bosi (apud SOUZA, 2007, s.p): “o velho não tem armas. Nós é que temos que lutar por ele”. Esta afirma ainda que:

[...] a Constituição, em seu artigo 230 diz que: A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida. (BOSI, apud SOUZA, 2007, s.p.)

A velhice para Ecléa Bosi além de ser destino do indivíduo, é uma categoria social. Acerca dos argumentos que a autora levanta para defender sua hipótese, estão os diferentes modos com que cada sociedade trata a pessoa idosa. “Nesta perspectiva, a sociedade industrial torna-se maléfica para a velhice, uma vez que exclui e o discrimina da vida social” (SOUZA, 2007, s.p).

Beauvoir (1990, p. 108) contribui dizendo que:

É o sentido que os homens conferem à sua existência, é seu sistema global de valores que define o sentido e o valor da velhice. Inversamente: através da maneira pela qual uma sociedade se comporta com seus velhos, ela desvela sem equívoco a verdade – muitas vezes cuidadosamente mascarada – de seus princípios e de seus fins.

Afirma, da mesma forma que:

Não sendo agente da História, o velho não interessa, não nos damos ao trabalho de estudá-lo em sua verdade. E, além disso, há na sociedade uma determinação que é a de silenciar sobre ele. Seja exaltando-o ou aviltando-o, a literatura o dissimula em clichês. Esconde-o ao invés de revelá-lo. Com relação à juventude e à maturidade, ele é considerado como uma espécie de referência negativa: não é o próprio homem, mas seu limite; fica à margem da condição humana; nele não a reconhecemos, e não nos reconhecemos nele. (BEAUVOIR, 1990, p. 200-201).

Segundo Debert (1999, apud PEREIRA, 2006, p. 26):

Nas três últimas décadas, no Brasil, o que marca as discussões sobre o envelhecimento são dois modelos de pensar a velhice: o primeiro quadro retrata a pauperização e abandono a que o idoso é submetido e existem 4 elementos que seriam recorrentes no discurso de gerontólogos brasileiros: primeiro a iminência de explosão demográfica que aumentaria o número de

idosos e conseqüentemente os gastos públicos para atendê-los; o segundo elemento seria a crítica ao capitalismo, que desvaloriza o idoso, o terceiro a crítica brasileira de não valorizar o novo, já que seria um país sem memória, um povo sem memória e o quarto elemento seria a crítica ao Estado que não é capaz de contribuir para o bem-estar do idoso. Esse quadro reforça os estereótipos da velhice como uma fase de doenças, pobreza, dependência, passividade, abandono pela família e alimentado pelo Estado. O segundo quadro trata os idosos como seres ativos, que redefinem suas expectativas na tentativa de contrapor os estereótipos da velhice, os idosos são vistos como fonte de recursos e um novo mercado de consumo.

Para finalizar, Pereira (2006, p. 26) traz a ideia de Debert (1999), que “defende uma gerontologia mais crítica, que dá voz aos velhos, que os entendem como sujeitos responsáveis pelo seu destino e que, portanto, não se poderia entender o envelhecimento como um processo único e generalizável”. Esta vê a velhice como uma categoria socialmente constituída, mas diz que não deve ser pensá-la como universal, já que é uma experiência multifacetada e distinta para os sujeitos.

Bosi (apud Souza, 2007, s. p.) sugere que: “Durante a velhice deveríamos estar ainda engajados em causas que nos transcendem, que não envelhecem, e que dão significado a nossos gestos cotidianos. Talvez seja esse um remédio contra os danos do tempo”. Beauvoir (1990), porém afirma que:

São necessárias extensas transformações em toda a sociedade para que os velhos tenham uma vida digna. [...] Mesmo quando a boa ordem social obriga as gerações mais jovens a reconhecer na mais antiga uma autoridade política ou econômica, elas suportam essa autoridade muitas vezes com impaciência. Sensíveis a uma decadência física que temem para eles mesmos, os jovens investem contra os velhos, ridicularizando-os. (BEAUVOIR, 1990, p. 262).

O sujeito, visto a partir do contexto social no qual está inserido “não vive nunca em estado natural; na sua velhice, como em qualquer idade, seu estatuto lhe é imposto pela sociedade à qual pertence”. (BEAUVOIR, 1990, p. 15) A autora afirma, da mesma forma que o velho tem mais condições de subsistir nas sociedades ricas do que nas pobres, e, a imagem que se tem da velhice difere, de acordo com as épocas e os lugares. De outro modo, a autora pensa que:

Tanto a etnologia como a biologia mostram que a contribuição positiva dos idosos para a coletividade é sua memória e sua experiência que, no campo da repetição, multiplicam suas capacidades de execução e de julgamento. O que lhes falta é força e saúde; é também a faculdade de se adaptar à

novidade e, com muito mais razão, de inventar. Pode-se presumir, *a priori*, que os adultos se apoiarão nos velhos, nas sociedades fortemente organizadas e repetidoras. Nas sociedades divididas, nos períodos conturbados ou revolucionários, a juventude tomará a dianteira. O papel que os homens de idade representam privadamente, na família, reflete o que o Estado lhes confere. (BEAUVOIR, 1990, p. 111 ;112, grifo do autor).

A partir do presente estudo, percebe-se, no entanto, que o sujeito idoso é afetado a partir das perspectivas biológica e social, e, além destas por questões de ordem psicológica. De acordo com Beauvoir (1990) entende-se que a velhice influencia nas questões psicológicas do sujeito, e, desta forma, certas ações poderão ser percebidas como características da idade avançada, podendo ser compreendidas a partir de uma dimensão existencial. Neste sentido, o sujeito poderá se questionar sobre a sua relação com o mundo, com o tempo, bem como com diversas questões que surgirão a partir da história de cada um, em particular. Partindo desse pressuposto, veremos, a seguir, o conceito de envelhecimento a partir do aspecto psicológico.

1.1.3. Aspecto psicológico do envelhecimento

Portanto, diferentemente de estar em condição física debilitada, ou ser visto pela sociedade como alguém que tem, ou não, algo a contribuir, temos a condição psicológica do envelhecimento, na qual o próprio sujeito terá que lidar com as questões referentes às mudanças que o mesmo traz consigo.

Beauvoir (1990, p.44) enfatiza que:

As pessoas idosas têm muita dificuldade de se adaptar às situações novas; elas reorganizam facilmente coisas conhecidas, mas resistem às mudanças. Adquirir o que se chama de set – isto é, uma atitude, uma orientação do espírito – exige-lhes um grande esforço: elas são escravas de hábitos adquiridos anteriormente, falta-lhes flexibilidade. Uma vez o set incorporado, dificilmente o abandonam.

A autora acima citada ainda afirma que existe no indivíduo, um potencial adaptativo que envelhece, e uma fração cristalizada de mecanismos adquiridos que não envelhece. Segundo ela:

Quanto mais alto o nível intelectual do indivíduo, mais fraco e lento é o decréscimo de suas faculdades. Se ele continua a exercitar sua memória e

sua inteligência, pode conservá-las intactas, e, certas pessoas muito idosas mostram-se mais eficazes do que certos jovens. Com efeito, muitos trabalhos intelectuais podem ser realizados sem limite de tempo. A profissão, a técnica, o julgamento, a organização das tarefas podem compensar o enfraquecimento da memória, a perda de energia, a dificuldade de se adaptar. [...] Muitas pessoas idosas permanecem ativas e lúcidas até a hora derradeira. (BEAUVOIR, 1990, p. 45)

Beauvoir (1990, p. 247) traz, da mesma forma, a contribuição de Schopenhauer, o qual é pessimista com relação à espécie humana. Este afirma que:

O indivíduo está tanto mais longe da sabedoria, quanto mais, nele, a vontade é obstinada: isto é, na sua juventude. Diz que a criança é privilegiada porque é contemplativa; tem uma atitude estética que mantém o mundo à distância; vê os objetos sub specie aeternitatis, tem uma intuição da essência deles. É por isso que, mais tarde, sentimos uma dolorosa saudade da infância: esta é feliz porque é representação, e não vontade. O homem jovem, ao contrário, tem sede de viver; persegue a felicidade; não a encontra, porque procura-la já é tê-la perdido. Pouco a pouco, se tem o bom senso, compreende que a felicidade é quimérica, enquanto o sofrimento é real, e não deseja mais que libertar-se deste.

Beauvoir (1990, p. 348) afirma ainda que “a velhice é particularmente difícil de assumir, porque sempre a consideramos uma espécie estranha”, e se questiona: “será que me tornei, então, uma outra, enquanto permaneço eu mesma”?

Por outro lado, Vítor Hugo (apud BEAUVOIR, 1990, p. 252, vê a velhice de outra forma. Este diz que “Quando a graça se mistura às rugas, ela é adorável. Há uma aurora indefinível na velhice desabrochada”. O mesmo compara ainda a infância e a velhice. Segundo ele:

Há comunicação espiritual entre a criança, que ainda está aquém da condição humana, e o velho, que se eleva acima dela. A moral e a razão mesquinha dos adultos não lhes convém; por sua ingenuidade, por sua sabedoria, os dois estão próximos dos mistérios do mundo, próximos de Deus.

Goethe (apud BEAUVOIR, 1990, p. 234, grifo do autor) no “Fausto” aborda os limites da condição humana, no qual, segundo esta, o mesmo,

Concebe a velhice como uma idade abstrata, congelada e decepcionante. Ele tinha apenas 25 anos quando começou o *Fausto*, e 48 quando o terminou, em 1807. Mas na falta da experiência da idade avançada, já tomara consciência da finitude humana. Se desejou sempre mudar de pele como as serpentes, é porque, em certos momentos, sentia-se apertado na sua, e ela lhe parecia gasta. A questão não é tanto ser jovem, quanto poder

rejuvenescer: escapar aos próprios limites, reviver a vida como uma aventura, sem permitir que ela termine num impasse.

Portanto, o conflito que surge no sujeito com o passar dos anos devido a fatores diversos (transformação do corpo, lugar social, relação com o mundo externo, etc), pode ser de melhor compreensão, buscando em Beauvoir (1990), em Freud (1914-1916) e Pennaforte (2011), explicações acerca de consequências psicológicas que a velhice acarreta.

Beauvoir (1990, p. 15) afirma que:

Certos comportamentos são considerados como características da idade avançada. Como todas as situações humanas, ela tem uma dimensão existencial: modifica a relação do indivíduo com o tempo e, portanto, sua relação com o mundo e com sua própria história.

Já, a partir de Freud, podemos compreender que a questão do envelhecimento e da finitude humana refletem diretamente no sistema egoico e no narcisismo do sujeito, e deste com relação ao mundo externo. Em (Sobre o Narcisismo: uma Introdução, 1914-1916, p. 77), Freud declara que o “narcisismo é uma fase intermediária necessária, entre o auto-erotismo e o amor objetal”.

Porém, com o passar dos anos, segundo Freud (apud Kamkhagi, 2015, s. p)

Há um progressivo abandono do investimento de objeto. A vida se empobrece, a base biológica da libido se enfraquece e há um declínio do interesse em novos investimentos e vínculos afetivos. Haveria assim uma regressão ao narcisismo primário que levaria a libido, fundamentalmente, às fases pré-genitais (principalmente à fase anal) e a retomada de investimento no Eu mais arcaico e egoísta. Desse modo, a velhice traria consigo uma diminuição dos recursos pulsionais genitais das pulsões-sexuais; propiciaria, ainda, uma regressão pulsional e poderia redundar em um retorno do recalcado, causando um novo rearranjo e perturbações na psique.

Pennaforte (2011, s. p.) contribui afirmando que : “O processo de decadência física, a perda da beleza e do vigor, e, muitas vezes da saúde, e a proximidade da morte, provocariam um retraimento na relação de sujeito com o mundo externo”.

Pennaforte (2011) em ‘A Velhice sob a Ótica Psicanalítica’, traz a contribuição de Ferenczi, que se refere às neuroses no envelhecimento como derivadas de uma

dificuldade em alterar a distribuição da libido. Estas tirariam as emanções da libido dos objetos do seu amor e direcionariam o interesse libidinal ao próprio ego. Golfardo (apud Pennaforte, 2011, s. p.), no entanto, refere a necessidade de um ideal de ego estruturado na velhice, para a pessoa resistir à ferida narcísica provocada pelas perdas.

As perdas referidas, se apresentarão sob as mais diferentes formas, seja do vigor e da saúde, no aspecto biológico; dos vínculos sociais, a partir do trabalho que sofre um corte com a aposentadoria, bem como questões psicológicas que afetarão o sujeito de diversas maneiras, de acordo com a vivência a priori que o sujeito estabeleceu com o mundo.

Simone de Beauvoir (1990, p. 346), afirma que: “A mais grave dificuldade é a interferência, já constatada, dos fatores que definem a condição de idoso: cada um só encontra seu verdadeiro sentido na sua relação com os outros.” Esta retrata ainda, a questão do sujeito que envelhece, e da realidade dura que este enfrentará, sendo agravada quando o mesmo, além de velho é carente de recursos. Afirma, no entanto que:

A tragédia da velhice é a radical condenação de todo um sistema de vida mutilador: um sistema que não fornece à imensa maioria das pessoas que fazem parte dele uma razão de viver. O trabalho e a fadiga mascaram essa ausência: ela se descobre no momento da aposentadoria. É muito mais grave que o tédio. Ao envelhecer, o trabalhador não tem mais lugar no mundo, porque, na verdade, nunca lhe foi concedido um lugar: simplesmente, ele não tivera tempo de perceber isso. Quando se dá conta, cai numa espécie de desespero bestificado. (BEAUVOIR, 1990, p. 34)

Em determinado momento da vida do sujeito, surge, no entanto, a dúvida: aposentar-se ou continuar trabalhando. No próximo capítulo, será abordada essa questão, e consequências que essa decisão poderá trazer para a vida do mesmo.

2. APOSENTADORIA

Aposentar, segundo Luft (2001, p. 73), significa “conceder dispensa ou reforma de serviço, com direito aos vencimentos ou a parte deles.”

Conforme Ramos (2001, apud PERES 2007, p. 147), “a palavra aposentadoria, tanto em inglês (retired) quanto em francês (retraite), significa retirar-se, ou seja, diz respeito ao direito do trabalhador de desfrutar do tempo livre após uma vida toda dedicada ao trabalho. Direito esse que é dever do Estado garantir”.

A aposentadoria, no entanto, como aponta Rodrigues (2000, apud França et al, 2009, p. 551) “representa um momento de maior liberdade e de desengajamento profissional, trazendo novas oportunidades e realizações”. Por outro lado,

[...] pode também ser percebida como um período de desvalia e de diminuição da autoestima – que, por sua vez, leva ao sentimento de perda de *status*, de referência, do companheirismo entre os colegas de trabalho, ao sentimento de inutilidade e de perda financeira. (FRANÇA et al, 2009, p. 551)

Na tomada de decisão, entre se aposentar ou continuar trabalhando, no entanto, segundo França et al, deve-se levar em conta a idade em que o sujeito começa a se questionar sobre o assunto. Para Adler e Hilber (2009, apud França et al, 2009, p. 552)

A decisão de continuar na força de trabalho ou de aposentar-se é tipicamente tomada entre 55 a 64 anos, e é influenciada por muitos fatores, nos quais também se inclui a disponibilidade dos empregos. Entretanto, uma vez que o processo de envelhecimento difere de pessoa para pessoa, é problemático tentar fixar uma idade específica para a aposentadoria.

Simone de Beauvoir (1990) em ‘A Velhice’, retrata a mesma como um tempo em que a liberdade e o lazer que o idoso deveria poder usufruir, depois de duras labutas, não acontece com a maioria deles. Ela afirma que

A sociedade impõe à imensa maioria dos velhos um nível de vida tão miserável que a expressão ‘velho e pobre’ constitui quase um pleonismo; inversamente: a maior parte dos indigentes são velhos. O lazer não abre ao aposentado possibilidades novas; no momento em que é, enfim, libertado das pressões, o indivíduo vê-se privado de utilizar sua liberdade. (BEAUVOIR, 1990, p. 13).

Afirma, da mesma forma que,

Se a velhice liberta das paixões, por outro lado, exaspera as necessidades, pela impossibilidade de satisfazê-las: os velhos têm fome, têm frio, morrem. Então apenas o nada os 'liberta' de seu corpo: antes, este existe cruelmente, como fonte de frustração e sofrimento. Em nenhum plano se manifesta tão abertamente a indecência da cultura que herdamos." (BEAUVOIR, 1990, p. 340)

A autora afirma ainda que:

Na vida do homem, a aposentadoria introduz uma radical descontinuidade; há ruptura com o passado; o homem deve adaptar-se a uma nova condição, que lhe traz certas vantagens – descanso, lazer – mas também graves desvantagens: empobrecimento, desqualificação. (BEAUVOIR, 1990, p. 325)

Segundo Hemingway (1990, apud BEAUVOIR, p. 325): “a pior morte para o indivíduo, é perder o que forma o centro de sua vida, e que faz dele o que realmente é”. Segundo ele, aposentadoria é a palavra mais repugnante do vocabulário. Seja ela uma opção ou necessidade, aposentar-se significa afastar-nos das nossas ocupações, e estas tornam-nos atuantes na sociedade. Não ter mais um trabalho seria equivalente a morrer.

Beauvoir (1990, p. 325) por outro lado aponta que:

Quando o trabalho foi escolhido livremente, e constitui uma realização de si mesmo, renunciar a ele equivale, efetivamente, a uma espécie de morte. Quando se caracterizou como uma obrigação, ficar dispensado dele significa uma libertação. Mas na verdade, quase sempre há ambivalência no trabalho, que é ao mesmo tempo uma escravidão, uma fadiga, mas também uma fonte de interesse, um elemento de equilíbrio, um fator de integração à sociedade. Essa ambiguidade reflete-se na aposentadoria, que pode ser encarada como grandes férias, ou como uma marginalização.

Simone de Beauvoir (1990) afirma ainda que, na escolha entre esses dois pontos de vista e a maneira pela qual eles se combinarão depende de inúmeros fatores, sendo o primeiro deles a saúde do indivíduo, pois, um trabalhador fatigado e gasto, não terá as mesmas reações do que aquele que se aposenta em plena forma física e moral. Ela percebe o impacto da aposentadoria no idoso como um tempo de

grandes mudanças e, portanto, causa de muito sofrimento psíquico. Traz essa realidade afirmando que:

Arrancados ao seu ambiente profissional, os aposentados têm que mudar o emprego do tempo, e todos os seu hábitos. O sentimento de desvalorização, comum à maior parte das pessoas, exacerba-se neles. Com efeito , não somente ganham muito menos dinheiro do que antes, mas a quantia que recebem não é mais ganha através do trabalho. (BEAUVOIR, 1990, p.329)

França (2013, p. 551) aborda a questão da aposentadoria, a partir da investigação empírica em Psicologia, afirmando que:

Diversos estudos têm sido realizados, com o intuito de identificar os fatores que influenciam nas decisões relacionadas à aposentadoria, considerando ser esse um fenômeno complexo, multideterminado e dinâmico. A aposentadoria é também entendida como um processo, e não como um momento pontual no tempo e na dinâmica psicossocial das pessoas.

Wang e Shultz (2010 apud FRANÇA et al, 2013, p. 551) destacam que há quatro perspectivas teóricas utilizadas por pesquisadores para discutir o processo e as consequências da aposentadoria: “a perspectiva que a considera como um processo de tomada de decisão, como um processo de ajustamento, como uma fase de desenvolvimento da carreira e como um tema assumido como parte da gestão de recursos humanos”.

No que diz respeito à tomada de decisão, Feldman (1994, apud FRANÇA et al, 2013, p. 551) observa que:

Se trata de um tipo de decisão que traz consequências de longo prazo, que implicam a reestruturação e a redução do comprometimento psicológico em relação ao trabalho e sua substituição progressiva por outras atividades, como familiares, comunitárias e de lazer, entre outras.

No entanto, com relação à tomada de decisão da aposentadoria, França (2013, p. 557) aponta que, a partir de pesquisas, constatou-se que: “os indivíduos que possuem maior expectativa subjetiva de vida – independente de qualquer situação prévia na sua consideração – estão mais propensos a trabalhar por mais tempo, postergando a aposentadoria”.

Outro fator que França (2013) traz como importante na decisão é a motivação para o trabalho, o qual poderia influenciar um indivíduo a permanecer trabalhando ou a aposentar-se antecipadamente. Por outro lado, a autora destaca aspectos que influenciam pela decisão de se aposentar definitivamente, ou seja, “altos níveis de *stress* no trabalho, carga excessiva de atividades, relacionamentos pobres na organização e baixa motivação para o trabalho”. (FRANÇA, 2013, p.558)

Em, “Preparação para a Aposentadoria como parte da Educação ao Longo da Vida”, França e Soares (2009, p. 739) destacam que:

O processo de globalização trouxe para as grandes organizações uma série de conseqüências, entre as quais a prática das aposentadorias incentivadas, em que diversos trabalhadores experientes foram dispensados, muitos sem qualquer preparação para uma vida que pode durar mais do que o tempo dedicado ao trabalho. Hoje muitas organizações já reconhecem o valor dos trabalhadores mais velhos, que, se atualizados, podem continuar tão motivados quanto já demonstraram em capacidade e experiência.

Percebe-se ainda, na sociedade atual, a realidade de outros sujeitos que necessitam ou desejam se aposentar, podendo, dessa forma aproveitar o tempo livre para desempenhar outras atividades, seja para seu desenvolvimento ou realização pessoal, seja de lazer ou cuidados com a saúde, ou ainda a projetos sociais, filantrópicos, ou ainda, se o desejarem, desenvolver outra atividade profissional mais prazerosa.

Souza (2007, s.p.) afirma que:

a partir do momento que aposentam, os indivíduos ainda desfrutarão, em média, 20 anos de suas vidas como aposentados. Com ela, há a passagem de um tempo social determinado pelo trabalho para um ritmo totalmente diverso, deste modo, a aposentadoria, torna-se um problema para todos e um traumatismo para os que não a querem.

Souza (2007, s.p.) traz ainda a contribuição de Ecléa Bosi, que analisa a exclusão dos idosos do contexto social e o percebe como peça descartável do sistema produtivo. Afirma, da mesma forma que a aposentadoria, seria vista mais como um favor do que como um direito. Em sua opinião, e se amparando na constituição de 1988, Bosi diz que “a defesa dos direitos da pessoa idosa deveria se

encontrar nas mãos de toda a sociedade. Porque o idoso é responsabilidade de toda a sociedade.”

2.1. Condições de aposentadoria no Brasil: leis progressas e vigentes

O item a seguir abordará sobre os direitos que amparam os idosos, a partir do que consta no Estatuto do Idoso, segundo a Lei Nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, bem como contribuições e informações acerca do direito à aposentadoria que os mesmos foram adquirindo nas últimas décadas.

No estatuto do Idoso, 2003, em seu art. 2º temos que:

O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral, de que trata esta Lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.

A Lei 10.741, diz ainda, em seu artigo 3º, à p. 02 que:

É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao ‘trabalho’, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

Quanto ao direito à profissionalização e ao trabalho, no capítulo VI do Estatuto temos que:

Art. 26. O idoso tem direito ao exercício de atividade profissional, respeitadas suas condições físicas, intelectuais e psíquicas.

Art. 27. Na admissão do idoso em qualquer trabalho ou emprego, é vedada a discriminação e a fixação de limite máximo de idade, inclusive para concursos, ressalvados os casos em que a natureza do cargo o exigir.

Parágrafo único. O primeiro critério de desempate em concurso público será a idade, dando-se preferência ao de idade mais elevada.

Art. 28. O Poder Público criará e estimulará programas de:

I profissionalização especializada para idosos, aproveitando seus potenciais e habilidades para atividades regulares e remuneradas;

II preparação dos trabalhadores para a aposentadoria, com antecedência mínima de 1 (um) ano, por meio de estímulo a novos projetos sociais, conforme seus interesses, e de esclarecimento sobre os direitos sociais e de cidadania;

III estímulo às empresas privadas para admissão de idosos ao trabalho.

De acordo com Pereira (2006, p. 38)

a primeira concessão brasileira ao direito à aposentadoria surgiu em 1890, quando o Ministério da Função Pública concedeu esse direito aos trabalhadores das estradas de ferro federais. Posteriormente, outros funcionários públicos adquiriram esse direito, mas foi apenas em 1920 que se criaram as Caixas de Aposentadoria e Pensão (CAPs), divididas por empresas. Mais tarde esse sistema se estendeu a outras categorias profissionais e surgiram, em 1933 os Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs), divididas por categorias profissionais que se constituíram em autarquias públicas com planos diferenciados de benefícios e serviços, tais como aposentadorias, pensões, auxílio-funeral e auxílio-doença.

Entre 1930 e 1945, no governo de Getúlio Vargas, com a instauração da Consolidação das leis Trabalhistas (CLT), houve uma mudança nas relações trabalhistas e sociais entre o Estado e a sociedade, iniciando assim uma nova forma de proteção social.

No governo Juscelino Kubitschek, a lógica dessa proteção social se efetivou, e, ao final de sua administração foi aprovada a Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS), que equalizou planos e manteve a diversidade dos IAPs.

Somente em 1963 é que os benefícios se estenderam aos trabalhadores rurais, com a criação do Estatuto do Trabalhador Rural. Até 1964, foi um período marcado pela luta dos trabalhadores como a afirmação dos 35 anos de serviço como requisito único de aposentadoria.

Na época da Ditadura Militar aconteceram muitas mudanças no setor previdenciário, e, em 1966 foi criado o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), que obrigou a retirada dos trabalhadores da gestão previdenciária, unificando e uniformizando os planos de benefícios. Somente em 1971, com a

criação do Funrural, a previdência foi estendida aos trabalhadores rurais, aos domésticos em 1972 e aos autônomos em 1973. Neste período também se instituiu os salário-maternidade e o amparo à velhice e aos inválidos.

Pereira (2006, p. 39) aponta momentos históricos importantes para a sociedade, no que tange aos direitos previdenciários:

No final dos anos 70 e início dos anos 80, do século passado, os movimentos sociais organizados marcaram a luta por direitos sociais e a criação das Centrais Sindicais e da Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas (COBAP), os quais tiveram um papel importante no debate sobre as questões previdenciárias. (Simões, 2004b). Esse debate foi decisivo para que na Constituição Federal de 1988 o conceito de seguridade social fosse visto como um conjunto integrado de iniciativas dos poderes públicos e da sociedade, no sentido de assegurar direitos relativos à Saúde, Previdência e Assistência Social. Esses direitos estariam baseados nos princípios de universalização dos direitos, da descentralização e da equidade social, ou seja, todos teriam direito à seguridade, tanto os trabalhadores formais, quanto os idosos.

Pereira (2006) explica que, a partir da Constituição Federal de 1988, no entanto, estabeleceu-se o valor das aposentadorias, tendo como referência o salário mínimo, e, hoje, a política de Previdência Social no Brasil caracteriza-se por ser contributiva, ou seja, quem vai receber e o quanto vai receber, depende do valor da contribuição efetuada pelo próprio trabalhador.

Neste sentido, conforme o SESC/SP (2010, s.p.) temos que: “Os direitos dos idosos assegurados na Constituição de 1988 (capítulo da Seguridade Social em seus artigos 203 e 204) foram regulamentados por meio da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742/93)”.

Entre os benefícios mais importantes, conquistados pelos trabalhadores, temos o Benefício de Prestação Continuada, regulamentado em seu artigo 20. Esse benefício consiste no repasse de um salário mínimo mensal às pessoas idosas e às portadoras de deficiência que não tenham condições de subsistência, tendo como princípio central de validade, a incapacidade para o trabalho, com o objetivo de incluir o sujeito no âmbito social.

Essa política, no entanto, pouco contribui para a construção da cidadania, pois, Sposati (2000) sugere que, para garantir um vida digna às pessoas, estas necessitariam mais de um salário mínimo para sair da linha de pobreza, e, com isso atender às suas necessidades básicas.

Estudos de Sposati (2000, p. 48) entre outros, apontam a precariedade do nosso salário mínimo, que apenas representa uma cesta básica, configurando a linha da pobreza e reduzindo as necessidades humanas à alimentação. No entanto:

O grau de seletividade existente na LOAS faz com que muitos idosos não sejam incluídos nos benefícios, seja por estarem fora do patamar de pobreza ou da faixa etária estipulada pelos critérios da lei (65 anos), seja por não ter acesso aos documentos exigidos ou por não se encontrarem na condição de “incapazes para o trabalho”. Ante essa realidade, para ter acesso ao benefício, a pessoa precisa estar numa condição vegetativa como ser humano, embora haja várias formas de deficiências que não permitem a inserção de trabalho (Silva, 2006). Reforçando essa assertiva, o autor destaca que os idosos, seja pela falta de qualificação e/ou pela estigmatização cultural, são, em geral, menos competitivos no mercado de trabalho, o que não deixa de ser uma “incapacidade”, pois, “os capazes” asseguram a própria sobrevivência.

Segundo Costa (2010, p. 20), vemos que:

Atualmente, a questão econômica influencia, e muito, na relação entre trabalho e velhice. Conforme o PNAD, no Brasil, a aposentadoria não significa necessariamente a saída do mercado de trabalho, visto que a maioria dos idosos permanece trabalhando ainda por bastante tempo. Em 2006, 19,2% da população com 60 anos ou mais que estava aposentada, também estava em plena atividade. E com relação aos idosos com mais de 70 anos de idade, esse número chegava a 35% para homens residentes na região sul.

As condições precárias da aposentadoria obrigam os idosos a continuar trabalhando, pois a renda da mesma não abarca as necessidades básicas destes e de seus familiares.

Costa (2010, p. 21) apresenta os diferentes tipos de aposentadoria existentes no Brasil, de acordo com o sistema de previdência social vigente, ou seja:

[...] especial (concedida àqueles que tenham trabalhado em condições prejudiciais à saúde ou à integridade física); por invalidez (concedida aos trabalhadores, sob perícia médica, que por doença ou acidente de trabalho ficam impedidos de exercer suas funções); por idade (no caso de trabalhadores urbanos, a partir dos 65 anos para homens e a partir dos 60 anos para mulheres, e no caso de trabalhadores rurais, a partir dos 60 anos

para homens e a partir dos 55 anos para mulheres) e por tempo de serviço (integral com comprovação de 35 e 30 anos de contribuição para homens e mulheres, respectivamente e proporcional quando o trabalhador comprova tempo de contribuição e idade mínima para aposentadoria).

No presente momento, (2016) está ocorrendo uma reestruturação do fator previdenciário, em que estão sendo revistos alguns critérios vigentes. Um dos principais motivos é o crescente envelhecimento da população.

2.2. Aposentadoria e qualidade de vida

Independentemente da idade em que o sujeito se encontra, a qualidade de vida deveria ser um dos fatores de maior relevância para o mesmo.

Segundo Costa (2010, s. p.):

A interrelação do trabalho e aposentadoria com a qualidade de vida é um ponto extremamente importante. Segundo a autora, uma pessoa pode construir outras fontes de satisfação além do trabalho, tornando mais fácil o enfrentamento da aposentadoria e possibilitando uma reestruturação da sua própria identidade e de seus papéis sociais.

A autora afirma, ainda que:

A qualidade de vida abrange os aspectos comportamentais, como a prática de exercícios e costumes alimentares, por exemplo, e perceptivos da comunidade em que estamos inseridos. [...] se trata de um vasto terreno, que inclui uma enorme gama de condições que afetam a percepção do indivíduo: sentimentos, comportamentos associados ao funcionamento diário, incluindo, entre outras, as condições de saúde e possíveis intervenções médicas. E independente da nação, cultura ou época, é importante que o ser humano se sinta bem psicologicamente, com boas condições físicas, socialmente integrado e funcionalmente competente. A qualidade de vida compreende a consideração de vários critérios da natureza psicológica, biológica e socioestrutural, visto que muitos são os indicadores de bem-estar na velhice: longevidade, saúde biológica e mental, satisfação, cognição, competência e interação social, produtividade, participação e papel social e ocupacional e rede de relações. (COSTA, 2010, s.p.)

Costa (2010, s.p.) aborda outros aspectos importantes e sob diversos vieses. Segundo ela, as teorias sobre qualidade de vida é tão abrangente que se tornou necessária uma classificação. Esta, no entanto, é dividida em quatro tipos:

Definição global (centra na avaliação da satisfação/insatisfação da vida);
definição com base em componentes (prioriza os estudos empíricos e a

operacionalização do conceito); definição focalizada (valoriza componentes específicos voltados para habilidades funcionais ou de saúde) e definição combinada (abrange as diversas dimensões que compõe o construto). Atualmente, é tendência enfatizar a subjetividade e o caráter multidimensional da qualidade de vida. Aliado à essa tendência, também se viu a importância de ampliar as investigações em saúde muito além dos processos clínicos (doenças e sintomas), formando o cenário onde surgiu o conceito de qualidade de vida que se tem hoje: com diferentes definições e utilizações.

Pode-se dizer que a qualidade de vida é um conceito com várias dimensões, que compreende aspectos físicos, sociais e emocionais. Os mesmos podem estar aliados aos hábitos de vida e padrões de comportamento, tendo assim, relação direta com autonomia, dependência, bem estar físico e psíquico e realização pessoal.

A qualidade de vida na velhice está associada, portanto, à independência e/ou dependência, facilitando a compreensão de que ela é prejudicada ou beneficiada pelo estado de saúde, tanto físico e orgânico, quanto mental e social. Da mesma forma, as questões econômicas, e o meio em que o idoso vive e interage, influenciarão positiva ou negativamente sobre o seu modo de viver.

Segundo Costa, (2010, s.p):

A qualidade de vida na velhice também é associada ao envelhecimento ativo, que segundo a OMS significa desenvolver uma vida produtiva e saudável, na família, na sociedade e na economia. Assim, a manutenção da capacidade funcional e da autonomia é relacionada, e até mesmo fundamental ao envelhecimento ativo.

Envelhecer ativamente requer, no entanto, uma estrutura física e psicológica, que mantenham o sujeito apto a permanecer atuante. Da mesma forma, para ter uma maior expectativa da continuidade de inserção no mercado de trabalho, é necessário o investimento em atualização e qualificação, exigências essas devidas ao avanço tecnológico pertinente ao mundo globalizado.

Sobre a qualidade de vida, (Alvarenga et al 2009, p.797) contribui afirmando que:

A percepção de qualidade de vida por uma pessoa ou grupo transcende a esfera da saúde física, fazendo deste tema um objeto de análise amplo e complexo, que pode englobar aspectos tais como: o nível socioeconômico, o estado emocional, a interação social, a atividade intelectual, os valores

culturais, o estilo de vida, a satisfação com o emprego e/ou com atividades diárias e o ambiente onde se vive.[...] Um envelhecimento bem sucedido inclui a manutenção do funcionamento físico e mental e o envolvimento com as atividades sociais e de relacionamento, sendo que algumas recomendações, visando alcançar este objetivo propõem orientações sobre dieta e prática de atividade física e cognitiva.

A autora propõe, da mesma forma que:

Ainda que na velhice o domínio físico apresente maior influência na qualidade de vida global, não podem ser ignoradas as alterações psicológicas e de inserção social, características desta etapa da vida. A aposentadoria se constitui como um dos principais desencadeadores de tais alterações, uma vez que traz consigo a desvalorização social, e pode representar, do ponto de vista emocional, a perda da identidade profissional. (ALVARENGA, 2009, p. 797)

Neste sentido entende-se que o trabalho contribui para a construção da identidade do sujeito, no entanto, se o mesmo, ao longo de sua vida constrói outras fontes de realização pessoal além do trabalho, o enfrentamento da aposentadoria se tornará mais ameno, não trazendo tantas questões problema nesta fase de sua vida.

Deste modo, se para alguns a aposentadoria é vista de forma positiva, auxiliando na organização de sua vida, para outros poderá ser prejudicial, podendo afetar sua estrutura psíquica. Esse comprometimento, segundo (Alvarenga et al, p. 797), “poderá se manifestar através de sentimentos e sintomas, como: ansiedade, depressão, irritabilidade e insatisfação generalizada, ocasionando um redução da qualidade de vida presente até aquele momento”.

Segundo Mendes et al (2005, apud ALMEIDA et al 2015, p. 161)

Na pós-aposentadoria, a família pode exercer um papel fundamental na saúde do idoso. Saindo do seu papel de mantenedor, o indivíduo não exerce mais a direção das relações com seus filhos. Isso pode gerar relações de dependência com uma inversão de papéis, já que os filhos passam a responsabilizar-se por seus pais. Dessa forma, o ambiente familiar pode até mesmo determinar o comportamento do idoso. Uma atmosfera saudável possibilita bem-estar, quando lugares de cada um são respeitados.

2.3. Trabalho pós-aposentadoria

O sujeito que se aposenta, e, que, após um tempo de duras labutas se afasta do que foi parte importante de sua vida (o trabalho), terá que ressignificar sua existência com novos projetos (culinária, jardinagem, horticultura, artes, música, leituras, viagens, cuidar dos netos, etc), ou, de outra forma, continuar a trabalhar, o que também se configura como um projeto. O que se percebe, no entanto, segundo (Beauvoir, 1990, p. 339) é que:

Quando se pergunta às pessoas idosas se desejam continuar a trabalhar ou aposentar-se, o que há de desolador em suas respostas é que os motivos são sempre negativos. Se preferem continuar, é por medo da pobreza; se escolhem parar, é para poupar a saúde: mas nenhum dos dois modos de vida é encarado como uma fonte positiva de satisfação. Nem no trabalho, nem no lazer, encontram eles uma realização de si mesmos; nem um nem outro são livres.

Por outro lado, a autora afirma que:

O destino dos velhos seria menos sinistro, se o orçamento que lhes é dedicado não fosse tão ridiculamente insignificante. O aposentado que não pode nem tomar um trago com os amigos, que não tem um lugar seu para viver, nem um pedaço de jardim para cultivar, nem dinheiro para comprar um jornal, não é tanto vítima do excesso de lazer, quanto da impossibilidade de utilizá-lo, e da própria decadência. Uma pensão e uma moradia decentes iriam poupar-lhe uma humilhação debilitante, e lhe permitiriam um mínimo de vida social. (BEAUVOIR, 1990, p.337)

Beauvoir (1990) aborda a realidade da França dos anos 70, do século passado, e que se torna presente na sociedade contemporânea brasileira, com a seguinte afirmativa:

Nas democracias capitalistas, o envelhecimento da população suscita uma nova questão. É o monte Everest dos problemas sociais atuais – disse um ministro inglês da Saúde, Ian Mac Leod. Não somente as pessoas idosas são muito mais numerosas do que outrora, mas elas não se integram mais espontaneamente à sociedade; esta vê-se obrigada a decidir sobre o estatuto delas, e a decisão só pode ser tomada em nível governamental. A velhice tornou-se o objeto de uma política. (BEAUVOIR, 1990, p. 273).

Como vimos anteriormente, conforme consta no estatuto do idoso, este tem direito ao trabalho na velhice, se assim o desejar. Neste sentido, Vieira et al (2012, p. 547) afirmam que:

Atualmente, há uma tendência ao crescimento da participação dos idosos no mercado de trabalho brasileiro e, em consequência, surge a necessidade

da criação de políticas de emprego focadas nessa população. Compreende-se aqui que o trabalho não é meramente uma forma de se obter dinheiro, mas, principalmente, um instrumento de promoção de autoestima, independência e autonomia, extremamente importantes para a qualidade de vida da pessoa idosa.

O sujeito idoso tomará, no entanto, a sua decisão segundo as possibilidades existentes, ou as necessidades subjacentes. Beauvoir (1990, p. 329, grifo do autor) aponta que o afastamento do trabalho é negativo, afirmando que:

Não mais ganhar a própria vida aparece como uma decadência. É através de sua ocupação e de seu salário que o homem define sua identidade; ao se aposentar perde essa identidade; um antigo mecânico não é mais um mecânico: não é nada. O papel do aposentado – diz Burgess – é o de deixar de ser homem. É, portanto perder o lugar na sociedade, perder a dignidade, e quase a própria realidade. Além disso, os aposentados não sabem o que fazer no tempo livre, aborrecem-se. A passagem da atividade à aposentadoria é, efetivamente, o tempo crítico do funcionário – escreve Balzac em *Les petits bourgeois*. Aqueles dentre os aposentados, que não sabem ou não podem substituir funções que estão deixando por outras, passam por estranhas mudanças.

Beauvoir (1990, p. 329) complementa ainda afirmando que: “Por esse motivo, e principalmente por necessidade, vimos que muitos aposentados procuram encontrar um novo trabalho remunerado; apenas uma minoria o consegue”. No entanto, ter um novo trabalho, não se torna uma garantia de satisfação, sendo muito raro, porém não impossível, que possa trazer mais satisfação que o trabalho até ali desempenhado. O que se percebe, de modo geral, é que as pessoas aceitam cargos ‘inferiores’ à profissão que exerciam, bem como uma remuneração menor. Grifo o inferiores, pois, do ponto de vista humano, não há trabalho menos importante que outro, mas cada um tem a sua importância.

A partir do atual cenário demográfico, em que a realidade mostra o envelhecimento populacional, Daniel (2006, p. 116) aponta que este:

É um tema insistentemente popularizado pelos meios de comunicação, tornando os idosos os personagens de uma catástrofe demográfica que se anuncia. [...] A população idosa é coletivizada como expressão de um futuro em perigo, em termos da diminuição dos recursos humanos da sociedade e da dificuldade da economia em manter soluções sustentadas e com possível colapso das instituições públicas da saúde e da segurança social.

No entanto, segundo Celich e Baldissera (2010, p.55), “A velhice não pode ser atrelada somente às perdas, pois o idoso pode apresentar um envelhecimento ativo,

fato que é compreendido como um processo de otimização de oportunidades de bem-estar físico, mental e social”. Nesse sentido o sujeito poderá, durante sua vida, aumentar sua expectativa e qualidade de vida para e na velhice. As autoras entendem que:

Compreender os motivos que levam o idoso a se manter no mercado de trabalho após a aposentadoria implica reflexões sobre o sentido e os significados do trabalho para o homem. O trabalho, especialmente em nossa sociedade, densamente imbuída pela lógica capitalista, não se constitui apenas como uma fonte de renda, mas assume um papel relevante, no sentido de conferir identidade aos sujeitos, valorização, crescimento e desenvolvimento pessoal, bem como emancipação. Soares et al. (2007) contribuem afirmando que, por meio do trabalho, o homem modifica e transforma o mundo, ao mesmo tempo em que se transforma e se humaniza. (CELICH; BALDISSERA, 2010, p.56)

A partir de investigações, França et al (2013, p. 559), constataram que a aposentadoria era postergada por razões econômicas, bem como o retorno ao trabalho tinha relação direta com a necessidade de complementação de renda. Entendem que essa decisão “representa também uma oportunidade de ampliar os vínculos sociais e de vivenciar o trabalho de maneira mais leve, com maior autonomia e flexibilidade”.

Segundo Khoury et al (2010, apud FRANÇA et al, 2013, p. 559): “A principal razão para os aposentados voltar ao trabalho é a necessidade de sentir-se produtivo, demonstrando, com isso, a importância do trabalho na constituição da identidade”.

Ainda, segundo Moreira (2011, apud FRANÇA et al 2013, p.559), afirma que pesquisas apontam que “a aposentadoria não é entendida como o fim das atividades profissionais, mas como um benefício desvinculado da velhice, e que o trabalho traz ao sujeito, realização pessoal, crescimento e aprendizagem”. Além desses benefícios, cada sujeito encontrará o sentido que o trabalho ou a aposentadoria lhe darão na velhice, bem como o lugar social que ainda se permite.

França et al (2013, p. 560-561) apontam ainda que:

É fundamental que a sociedade, e seus diversos atores (responsáveis pela gestão de recursos humanos, sindicatos, instituições públicas, organizações, etc.), discutam sobre os fatores restritivos ao desejo de pessoas mais velhas, já aposentadas ou em vistas de fazê-lo continuarem a trabalhar, como, por exemplo, o preconceito existente contra a idade, dentro

de uma política de inclusão. E, mesmo para aqueles que optarem por deixar em definitivo o mercado de trabalho, que possam desfrutar de um ambiente favorável ao desenvolvimento de qualidade de vida e de outras potencialidades não realizadas durante o tempo regular de trabalho – que inclusive poderiam ser estimuladas em um programa de preparação para a aposentadoria. [...] Com isso esbarramos em problemas que transcendem a questão estrita da aposentadoria e que dizem respeito ao lugar do idoso em nossa sociedade. Diz ainda, que, a decisão de aposentar-se, e as consequências dela derivadas, não se dão em um vácuo cultural.

De acordo com Carreiro (2004), considerando a condição do trabalho como principal vínculo do sujeito com a esfera social, o mesmo aponta que, ao se afastar das atividades, este passa para uma condição de exclusão e sentimento de desvalia, causando um mal-estar e sofrimento psíquico. Ele considera que, portanto,

Há então a projeção para a esfera da subjetividade da inutilidade, do não reconhecimento da potencialidade do sujeito para participar da vida coletiva e integrar-se aos valores sociais considerados positivos. A sensação de inutilidade se apresenta seja difusa, como um mal-estar, seja de modo claro, sendo objeto de representações explícitas. Mas ela é sempre geradora de sofrimento psíquico, o qual por ter uma razão social, deve ser considerado sofrimento social. Este tem modos de construção diferenciados e, pode ser o resultado do receio de perder a condição de trabalhador, podendo passar, paulatinamente, no futuro, à esfera da inutilidade. (CARREIRO, 2004, p. 92-93)

Alvarenga et al (2009, p. 800) enfatizam que:

O planejamento da vida pós-aposentadoria, onde se considera a necessidade de reorganização do tempo para abarcar novas experiências na vida familiar, no lazer, na vida sócio-comunitária e até mesmo em um novo emprego, seja ele remunerado ou voluntário, proporciona um enfrentamento mais objetivo das condições frustrantes às quais muitos idosos ficam expostos.

Por outro lado, um não planejamento poderá indicar que o sujeito apresenta resistências referentes às questões de aposentadoria, ou, de outra forma, esteja negando a realidade que se lhe apresenta. Além disso, a falta de planejamento pode gerar sentimentos tais como a angústia e solidão, por não ter mais uma ocupação profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo foi empreendido com a finalidade de compreender o impacto da aposentadoria na vida do sujeito. No entanto, para melhor entender esse processo, tornou-se necessária a abordagem do percurso pelo qual o mesmo passa até chegar ao momento caracterizado como o de se afastar dos trabalhos diários, ou seja, se aposentar.

A pesquisa mostrou que o sujeito passa por extensas transformações ao longo de sua vida, seja física, psicológica e socialmente. Fisicamente percebe-se a debilitação da saúde e a perda do vigor da juventude. No aspecto social, ocorre, em grande parte da população idosa um conflito, devido à exclusão que sofre no âmbito do trabalho, privando-a dos papéis sociais antes desempenhados. Da mesma forma, do ponto de vista do mundo capitalista, o sujeito, na medida em que envelhece, torna-se improdutivo, representando uma carga para a sociedade. Isso impactará, assim, de forma negativa na estrutura psicológica, e, o mesmo precisará reorganizar sua vida, a partir das mudanças ocorridas ao longo dela.

Na atualidade, percebem-se novas oportunidades para o sujeito que está envelhecendo. A partir do novo cenário sócio-demográfico, em que está aumentando significativamente a população idosa, faz-se necessária, no entanto, uma reconfiguração de papéis produtivos. A velhice, antes vista como um marco para o afastamento do sujeito das atividades, no presente momento está sendo revista no contexto político. Percebe-se que algumas empresas reconhecem no idoso, que sua experiência de vida e trabalho são fatores positivos para a manutenção dos mesmos em suas funções.

Por outro lado, o aumento da participação econômica da população idosa, é considerado de fundamental importância para o crescimento econômico e para a sustentabilidade futura dos regimes de pensões.

O encerramento da vida profissional poderá, portanto, ser percebido de forma diversa, como uma escolha ou imposição. Temos, no entanto, para a velhice, as perspectivas de: descansar das labutas diárias, empreendidas por toda a vida,

buscando projetos de outra dimensão, sem a pressão do trabalho, ou, por outro lado, continuar trabalhando, devido à realização pessoal que o trabalho representa, ou a necessidade exige. Caberá, portanto, a cada sujeito, realizar o que sua realidade subjetiva requer.

Como forma de poder contribuir na possível minimização do sofrimento tanto do processo de aposentadoria e envelhecimento, quanto da eventual permanência nas atividades profissionais após a aposentadoria, cabe ao psicólogo perceber as características desse sofrimento, e, a partir da escuta do sujeito, em sua particularidade, auxiliá-lo na elaboração de suas questões.

Um trabalho de prevenção com os trabalhadores, nas empresas e/ou no âmbito social ou clínico faria função positiva, no sentido de diminuir os riscos de sofrimento psíquico, decorrente das questões referidas: envelhecimento e aposentadoria.

Um diálogo com outras áreas do saber, como a Biologia, a Sociologia, a Medicina, entre outras, poderá auxiliar para uma melhor compreensão dos eventos pelos quais o sujeito passa e que lhe causam sofrimento psíquico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Miriam B. de; MACEDO, Naianne D. R; DIAMANTINO, Rui M. GARCIA, Ana M. P. **Qualidade de Vida na Terceira Idade na Pós-Aposentadoria: Uma Revisão da Literatura Nacional nas duas Últimas Décadas.** XIV SEPA – Seminário Estudantil de Produção Acadêmica, UNIFACS, 2015
- ALVARENGA, Líria N; KIYAN, Luciana; BITENCOURT, Bianca; WANDERLEY, Kátia da S. **Repercussões da Aposentadoria na Qualidade de Vida do Idoso.** Rev Esc Enferm USP – 2009. www.ee.usp.br/reeusp/
- BEAUVOIR, Simone de. **A Velhice.** Ed. Nova Fronteira S.A. 1990 Tradução de Maria Helena Franco Monteiro. Rio de Janeiro – RJ. 711 p.
- BRUNS, Maria A. de T; ABREU, Antonio S. **O Envelhecimento: Encantos e Desencantos da Aposentadoria.** Revista da ABOP. Vol. I , N. 1 – 1997
- CARRETEIRO, Tereza C. **As Artimanhas da Exclusão: A Doença como Projeto.** Ed. Vozes, 5ª ed. Petrópolis, 2004
- COSTA, Camila Oleiro da. **Aposentadoria e Qualidade de Vida,** Programa de Pós-Graduação em Gerontologia Biomédica. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre – 2010
- DANIEL, Fernanda. **O Conceito de Velhice em Transformação,** Interações número 10. Pp 113-122. 2006
- ESTATUTO DO IDOSO, **LEI Nº 10.741.** Brasília, 1º de outubro de 2003
- FRANÇA, Lucia H. F. P; MENEZES, Gustavo S; BENDASSOLI, Pedro F. MACEDO, Luciani S. S. **Aposentar-se ou Continuar Trabalhando? O que Influencia essa Decisão?** Psicologia Ciência e Profissão/Conselho Federal de Psicologia - 2013
- FRANÇA, Lucia H. de F. P; SOARES, Dulce H. P. **Preparação para a Aposentadoria como parte da Educação ao Longo da Vida.** Psicologia Ciência e Profissão/Conselho Federal de Psicologia – 2009
- FREUD, Sigmund. **A História do Movimento Psicanalítico, Artigos sobre a Metapsicologia e outros trabalhos. Sobre o Narcisismo: Uma Introdução.** Ed. Imago (1914-1916). Rio de Janeiro. Vol XIV. 396p.

KAMKHAGI, Dorli. **A Clínica do Envelhecer (Novos Olhares)** III Congresso Ibero-americano de Psicogerontologia. Subjetividade, Cultura e Poder - 2015

LUFT, Celso P. **Minidicionário Luft**. Ed. Ática 20ª ed. 5ª impressão, 2001

PENNAFORTE, Charles. **A Velhice sob a Ótica Psicanalítica**. Casa do Psicólogo, São Paulo, 2011

PEREIRA, Josianne K. **As Representações Sociais de Velhice e Terceira Idade: Um Estudo de Caso sobre um Grupo de Terceira Idade de Caratinga/MG**. Centro Universitário de Caratinga – Mestrado em Meio Ambiente e Sustentabilidade. Caratinga, Minas Gerais – Brasil. 2006

PERES, Marcos A. de C. **Velhice, Política e Autonomia: O movimento social do idoso e as políticas da terceira idade no Brasil**. Centro Universitário UNIARARAS. Revista HISTEDBR On-line, n. 26, p.144. Campinas – SP Junho 2007

ROSA, Antônio M. da; VASCONSELLOS, Maria C. **Abordagem Psicodinâmica de Paciente Geriátrico**. 2005

SESCSP . **Aterceiridade: Estudos sobre Envelhecimento**; Volume 21; Número 49; Nov. 2010.

SOUZA, Rildo B. de. **A Pessoa Idosa na Sociedade Moderna: uma análise historiográfica**. Universidade Federal de Goiás, 2007

VIEIRA, Kay F. L; REIS, Isabela D. dos; MORAES SEGUNDO, João B. de; FERNANDES, Magna E; MACDONALD, Talita T. de V. **Representações Sociais da Qualidade de Vida na Velhice**. Psicologia: Ciência e Profissão. N. 3/2012